

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A POLÍTICA CULTURAL NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ EM MEADOS DO SÉC. XX: HISTÓRIAS E CONTEXTOS SOBRE A INSTALAÇÃO DO CINETEATRO TERRITORIAL DE MACAPÁ.

FREDERICO DE CARVALHO FERREIRA
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
Frederico.carvalho@unifap.br

Introdução

Este artigo se objetiva em apresentar parte das discussões, caminhos e perspectivas da pesquisa de doutoramento, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará (PPGArtes-UFPA). Nesse contexto, realiza-se um estudo sobre memórias, histórias, contextos sociais e políticos do fazer teatral no Território Federal do Amapá (TFA), com foco na capital Macapá, em meados séc. XX. Os objetivos compreendidos pela tese são os de evidenciar, analisar e refletir sobre a política cultural disseminada pela “contraditória figura” do Governador Cap. Janary Gentil Nunes e suas influências no processo de formação identitária Amapaense. Esta pesquisa, em andamento, justifica-se pela insuficiência de trabalhos que contemplem o tema e a necessidade de abordagens mais aprofundadas sobre a história artística, cultural e teatral amapaense e seus contextos sociais e políticos, que podem ter influenciado na sua formação identitária e cultural, além de contribuir, como aporte teórico e crítico para pesquisas futuras, possibilitando condições para o crescimento do Teatro no/do Norte e no/do Brasil. O ponto central do estudo é o movimento artístico e cultural oportunizado (ou não) pelo Cineteatro Territorial de Macapá, espaço oficial de difusão política e cultural do TFA inaugurado em 1944, e posteriormente anexado ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco, primeira escola em alvenaria estilo neocolonial da região amapaense. Ressalta-se este espaço como um dos marcos para a criação de um projeto político cultural janarista, inicialmente destinado a despachos governamentais e centro de convenções à órgão difusor de uma alta cultura para sociedade amapaense, que “necessitava” ser brindada com a modernidade. As metodologias de apoio são as do campo histórico-artístico-cultural, estudos culturais, em diálogo com outras referências, a partir de uma análise qualitativa das fontes. Acerca destas, destaca-se o noticioso Jornal

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Amapá¹, veículo oficial da imprensa amapaense, responsável pela divulgação dos atos governamentais, além de esportes, educação e cultura e o Relatório de Atividades do Governo do Território Federal do Amapá. Nos exemplares do Jornal Amapá, impresso que circulou entre os anos de 1945 e 1968, disponíveis no setor de obras raras da Biblioteca Pública Estadual Prof.^a Elcy Lacerda, situada em Macapá-AP, encontra-se registrados a circulação de filmes, espetáculos, artistas e companhias teatrais e musicais no Cineteatro Territorial de Macapá que, financiados pelo governo, fomentaram processos de transformações sócio-político-culturais na sociedade amapaense.

Território Federal do Amapá: marco zero de uma reestruturação política sob a linha do Equador

O Território Federal do Amapá – TFA, desmembrado do estado do Pará, assim como os territórios de Guaporé (desmembrado do Amazonas e Mato Grosso), Rio Branco (desmembrado do estado do Amazonas), Iguazu (desmembrado dos estados do Paraná e Santa Catarina) e Ponta Porã (desmembrado do estado do Mato Grosso), surgem a partir do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Este, assinado pelo então presidente da república federativa do Brasil Getúlio Vargas, tinha como objetivo aproximar estas regiões fronteiriças, pouco habitadas e conseqüentemente frágeis diante de possíveis invasões ventiladas pela segunda Guerra Mundial (1939-1945), aos poderes do governo federal.

Para o cargo de governador do TFA fora empossado o Cap. Janary Gentil Nunes, um militar natural de Alenquer-PA, pessoa da confiança de Vargas, que tinha como missão desenvolver múltiplas ações na região amapaense, pautados pelo tripé político: SANEAR, EDUCAR, POVOAR. O Jornal Amapá, em seu primeiro ano, traz em sua sétima edição, parte do livro “BRASIL” (1943-1944), publicação do Ministério das Relações Exteriores, o motivo e as premissas referentes à criação de Territórios Federais.

A criação dos territórios fronteiriços nas zonas colidentes e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico. O programa de organização e desenvolvimento desses territórios resume-se em poucas palavras: “sanear”, “educar”, “povoar”. SANEAR – criar centros de puericultura e de educação sanitária; orientar e acudir realmente por uma assistência social desvelada e completa os núcleos esparsos da população.

¹ O Jornal Amapá foi o periódico amapaense que atingiu a mais longa duração na fase de território federal. Foram 1479 edições entre os anos de 1945 a 1968 (SOUZA, 2016, p. 17-18).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

EDUCAR – criar escolas, não só para alfabetizar, como para despertar o interesse pelo trabalho da terra, estabelecendo o ensino profissional necessário à aprendizagem das pequenas indústrias e do artesanato; enfim, valoriza o esforço dos habitantes dessas regiões, tornando-o remunerativo e formando cidadãos conscientes de seus direitos e de seus deveres para com a Pátria.

POVOAR – colonizar, distribuir a brasileiros as terras ainda incultas de modo a gerar núcleos compactos e ativos, que sejam sentinelas avançadas da Nação; construindo estradas de ferro e de rodagem, estabelecendo linhas aéreas de transporte, telégrafos e telefone, teremos ligadas tais regiões quase isoladas aos centros de produção e cultura do litoral e do centro facilitando, assim, o intercâmbio de todos os produtos nacionais. Eis a finalidade da criação da criação dos Territórios Nacionais (JORNAL AMAPÁ, 05 maio 1945)²

Este tripé político, que norteou as ações dos governos territoriais, estruturaram um série de transformações sociais, econômicas e culturais na região amapaense, sendo a cidade de Macapá, capital territorial a partir do Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944, a irradiadora do novo regime político, popularmente conhecido como janarismo (1943-1970), período marcado por uma perpetuação política ininterrupta que ocorreu no território, por parte um mesmo grupo gestor. Esse grupo inicia-se com o próprio Janary de 1943 a 1956, ano em que deixa o cargo de governador territorial para assumir como presidente da Petrobrás. Contudo, mesmo distante fisicamente do cargo no TFA, Janary consegue interferir politicamente na região a partir as alianças políticas com os gestores territoriais até o ano de 1970. A finalização deste período tem ligações com a insuficiente força política após o término de seu segundo mandato como deputado federal em 1970, aliado às pressões emanadas do cenário da ditadura militar.

Entre as ações janaristas desenvolvidas à época encontra-se o processo de urbanização da cidade e o conseqüente remanejamento de famílias, sobretudo negras, da região central de Macapá, próximo a Fortaleza de São José de Macapá³, para espaços mais periféricos da cidade, dando início aos mais tradicionais bairros da capital, o Laguinho e a Favela. Esse processo contou com a aliança política entre Janary Nunes e Julião Thomaz Ramos, representante do Marabaixo⁴ e líder da comunidade negra que

² Nas citações retiradas de periódicos e documentos oficiais optou-se pela grafia da época.

³ Inaugurada em 19 de março de 1782, com o propósito de defender a margem esquerda do Rio Amazonas, na então colônia, das possíveis investidas francesas de conquistar a região amazônica. Construída com mão de obra escrava em uma área de quase 30 mil metros quadrados, a edificação foi tombada em 22 de março de 1950 pelo Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (Iphan).

⁴ Dança popular do estado do Amapá a qual os registros sobre a ocorrência do Marabaixo datam de 1792, nas localidades amapaenses do Cúriau, Macapá e Mazagão (ACCIOLY, 2013).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

habitava o centro histórico. Neste, foram edificadas prédios em alvenaria como a residência do Governador e a atual Ordem dos Advogados do Brasil.

Estas alianças políticas foram essenciais para o cumprimento dos objetivos traçados pelo governo territorial. Segundo Fernando Canto (1998), havia uma troca de favores com a população, eram ofertadas vagas de emprego a essas famílias para que houvesse uma melhor aceitação das transferências residenciais. A pesquisadora Verônica Xavier Luna (2017), na obra “Um cais que abriga histórias de vida: sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá (1943-1970)”, discute sobre a realocação dessas famílias como mote de uma política de gentrificação e higienização próximo a orla da cidade no intuito em embelezá-la. Contudo, essa política urbanística janarista esbarrava em questões de hierarquização social de extrema relevância. De acordo com Fernando Rodrigues Santos (1998), os empregos reservados à comunidade negra ficavam circunscritos aos níveis mais básicos da pirâmide administrativa.

As pessoas brancas ou com predominância de caracteres desse tipo étnico ocupariam cargos e funções relevantes. Os mestiços bem evidentes, quase sempre desempenhariam atividades de caráter intermediário. Já os negros atuavam nos serviços gerais, principalmente, e na capital trabalhariam na Prefeitura, na limpeza pública” (SANTOS, 1998, p.35).

Essa organização administrativa descrita por Santos (1998), revela faces do perfil progressista de Janary Nunes, ao alimentar, de maneira homeopática, as relações com as classes mais pobres do TFA na construção/imposição de uma hegemonia amapaense.

O processo de urbanização territorial, assim como todas as outras ações sob o guarda-chuva político empreendido, fora emanado da sede do governo janarista, a primeira edificação em alvenaria da região, o Cineteatro Territorial de Macapá, um espaço construído logo no primeiro semestre da instauração do TFA que tinha como objetivo sediar a unidade promotora e difusora dos despachos governamentais, servir como símbolo de um novo Amapá e ainda promover o processo de educação por meio da arte.

Cineteatro Territorial de Macapá: política, educação e cultura à serviço do governo territorial.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Cineteatro Territorial de Macapá, inaugurado em 1944, “proporcionou à comunidade assistir as primeiras sessões cinematográficas de longa-metragem com os principais filmes comerciais da época” (SOUZA, 2016, p. 222). Posteriormente anexado (1946), à primeira escola construída em alvenaria na região, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco (inaugurado sob o nome de Grupo Escolar de Macapá), tornou-se um espaço político, educacional e cultural de maior prestígio à época, foi um dos braços do Departamento de Educação e Cultura (DEC) que acumulava também as seguintes unidades: Serviço de Coordenação; Serviço de Ensino Primário e Profissional; Colégio de Macapá; Biblioteca e Arquivo Público.

Desde julho [1944] funcionaram em Macapá, sob a direção do DEC, dois aparelhos cinematográficos de 16 m/m, a princípio projetando apenas filmes silenciosos e, a partir de dezembro, também sonoros. Para as sessões foi adaptado um prédio tóxico agora com capacidade para cerca de 400 pessoas sentadas. Como os filmes silenciosos trazem legendas em inglês, o DEC promove a tradução e elas são lidas pelo megafone. Numerosas sessões gratuitas foram oferecidas a operários e estudantes. Às pagas, em número de 28, afluíram 2.606 espectadores, ou sejam 93 assistentes em média (NUNES, 1946, p. 50-51).

O DEC, criado por Janary, tinha como princípio estabelecer diretrizes, coordenar e supervisionar ações de intervenção direta na região, como a alfabetização, divulgação de regras higiênicas e sanitárias, novos processos de cultura da terra, assistência à criação, instinto à economia e amor ao trabalho, entre outras, tendo como finalidade construir, em cada indivíduo, a noção de pertencimento à coletividade brasileira.

Figura 1: Acesso principal ao Cine Teatro Territorial de Macapá

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Fonte: Relatório das atividades do Governo Territorial (1946, p. 108).

A atenção do governo Janarista em torno da qualidade das produções exibidas no Cineteatro Territorial, como também referente ao acesso a bons livros, já havia se tornado um de seus pilares políticos. O Jornal do Amapá, de 20 de outubro de 1945, registra trechos de uma palestra do Dr. Marcilio Viana, proferida no grupo escolar sobre a “Importância da educação na delinquência infantil”. Sobre este, destaca-se trechos que já sinalizavam questões relevantes acerca da instrumentalização da arte como ferramenta janarista, associada à educação no território.

O mau cinema é o principal meio empregado pela delinquência para o desaparecimento do pudor, do respeito à família, à sociedade, e do modo de se conduzir dentro da vida. Quantas e quantas crianças são estragadas pelo mau cinema: (outro agente nefasto da delinquência é o mau livro, que não possui finalidade de educar e unicamente prejudica. A educação é a polícia que vigia a delinquência; Com ela, dentro dela, a criança caminhará por uma estrada limpa, honrosa e digna para o seu futuro, e quando homens feitos, tenho certeza, não esquecerão de mandar educar seus filhos, netos e bisnetos, porque a grandeza do Brasil depende da educação dos seu filhos (JORNAL AMAPÁ, 20 out. 1945).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Durante o ano de 1945, de acordo com o noticiado pelo Jornal Amapá, aconteceram no palco do Cineteatro Territorial diversos eventos políticos e culturais como: pronunciamentos do governador Janary Nunes; palestra educativa sobre os heróis da independência com o senhor Paulo A. Martins Xavier e sobre a importância da higiene pré-natal com o Dr. Claudio Lobato; relatos sobre os episódios vividos na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial proferido por Alfredo Façanha (pracinha macapaense integrante da Força Expedicionária Brasileira); sessões cinematográficas educativas; apresentações musicais do Violinista Mário Rocha e da cantora Stela da Costa Pimenta; bailes populares; apresentações de esquetes realizadas por escolares da capital e por escoteiros paraenses e ainda a Companhia Teatral Cantuária.

No dia 24 de novembro de 1945, assinado pelas iniciais R.F.M., o Jornal Amapá abre espaço para uma crítica teatral a respeito da Companhia Teatral Cantuária, que havia chegado à capital no dia 10 de novembro e se apresentado no Cineteatro Territorial de Macapá. Ressalta-se a importância deste registro por ser o primeiro grupo de teatro a se apresentar no palco territorial, de acordo com a fonte consultada.

Notas Artísticas

Impressões sobre uma Companhia Teatral

A Companhia Teatral Cantuária correspondeu inteiramente à expectativa do público, que não lhe tem regado aplausos. O espetáculo de estréia, em homenagem ao exmo. sr. Governador, com a apresentação da grandiosa peça <Ladra>, foi uma brilhante vitória do conjunto. Todas as demais representações foram bem acolhidas por todos aqueles que frequentavam o cine-teatro de Macapá durante a quadra nazarena. Teodomiro Cantuária, a figura central da Companhia, é um velho ator que não decai. Interpreta caprichosamente o papel de turco que já se lhe tornou peculiar. O <Jorge> tem mesmo a bossa do oriental, com o seu clássico bigode. Dico Rocha é o português cheio de <verve>, inimitável, que sobressai pelas piadas sempre grotescas. Fôrma com o precedente uma dupla de riso que marcou época. Dempsey Leite, um comico de valor firmado, é um dos pontos altos da troupe. Não deixa circunspecto nem retraído qualquer assistente. O bailarino Edson forma, com Maria Amélia, uma dupla graciosa e burlesca, cujas dansas extasiam a platéia. Erasto Banhos, pela sua boa dição, mostra ser um locutor talhado para o microfone. Como artista, sabe se conduzir bem no palco. Zoé Cantuária, é atriz que trabalha com grande desembaraço e vivacidade. Doninha Banhos também é artista de classe, que impressiona o público cada vez que entra em cena. Smith possui uma voz nítida, que encanta os ouvidos. Maria do Carmo, uma garota inteligente e destra, encarna o papel de <menina-cobra> de um modo espetacular. Tacimir Cantuária é uma pequena sambista que se exhibe admiravelmente ao som da música dos morros. Terezinha Cantuária é uma boa promessa, executando com precoce habilidade a sua tarefa na ribalta. Tácito Cantuária demonstra qualidades de cantor que poderá fazer uma excelente carreira. Walter e Zequinha Banhos e seus demais colegas de <pinho>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dedilham o instrumento com parteis, de modo a emocionar a assistência. Contribuem para dar maio brilho á atuação da Companhia – R. F. M (JORNAL AMAPÁ, 24 nov. 1945).

Outro grupo a se apresentar no Cine Teatro de Macapá, foi a Companhia Teatral Guajarina de Belém-PA. Ressalta-se, nesta companhia, a presença de Dempsey Leite, um nome já conhecido pela população macapaense. Dempsey havia se apresentado junto à Companhia Teatral Cantuária, em novembro de 1945, e permanecido na capital do TFA, juntamente com o cenógrafo Antônio Gomes. De acordo com o Jornal Amapá (1946), o reconhecido ator cômico assinou, juntamente com Otacílio Madeira, a direção do novo espetáculo.

Na sessão Arte e Teatro, do Jornal Amapá de 26 de janeiro de 1946, Mario Ribas tece suas impressões acerca de outro espetáculo apresentado pela Companhia Teatral Guajarina, “O último adeus de um condenado”. Ribas não deixa de fora questões referentes à recepção de uma plateia, segundo ele, “mal educada e inculta”:

A Vitória de Dempsey

A vitória de Dempsey, a sua grande vitória, é ter conseguido fazer no palco do nosso teatro, papeis em que encarna personagens austeros e sérios, depois de ter se notabilizado como um excelente artista comico. Apareceu na ribalta como juiz e foi magnifico, natural e exato. Como Promotor Publico, no júri, igualmente bom e para o cumulo da excelência no papel serio, como foi superior e ótimo no papel de padre! E essa vitória é tanto mais meritória quanto se sabe como nossa platéia deixa muito a desejar, com um terço de gente que ri alvarmente nas partes mais sentimentais, julgando na sua triste ignorância de caipiras incultos, que o caso é para rir... Acresce que o artista traz, além disso para enfrentar essa parte da platéia mal educada e inculta, o seu <karma> de ator que já fez papeis demasiado cômicos... Mas apesar de tudo, Dempsey venceu, não uma luta de box como o faria supor o seu pseudônimo que lembra pugilismo, mas o subconsciente da massa de espectadores que em sua parte de pessoas inteligentes e cultas, capazes de discernimento crítico e de rir quando é para rir e sentir a desgraça alheia no desempenho do atôr, quando se trata de um drama de emoção e tristeza, faz naturalmente ao inteligente sócio de Otacílio Madeira outro excelente atôr, a justiça que lhe é bem merecida (JORNAL AMAPÁ, 26 jan. 1946).

Manoel Azevedo de Souza (2016), relata que o Cineteatro Territorial foi um importante espaço de socialização e uma forma de buscar uma identidade mais elitizada, ressalta-se que este hábito da elite frequentar teatro como sinal de distinção social, era típico da época, em várias capitais, como em Belém do Pará, ir ao Teatro da Paz, era acontecimento para poucas famílias endinheiradas. Ou seja, o complexo de povo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

colonizado e excludente fora naturalizado, assim como o acesso a outros acontecimentos educativo-culturais, restrito a poucos.

Nesse período, ir ao Cineteatro Territorial, além de opção de lazer para a população, em número mais significativo para a elite local, era um sinal de elegância e distinção social, o que de certa forma levava a busca de uma identificação com as elites de outras capitais brasileiras (SOUZA, 2016, p. 233).

Durante seu funcionamento, o Cineteatro Territorial de Macapá passou por algumas adequações, o prédio, inicialmente projetado como sede de despachos do governo territorial, foi guarnecido com algumas tecnologias da época para que pudesse atender satisfatoriamente as demandas das produções cinematográficas que chegavam até a capital do território, sobretudo proveniente dos estúdios norte-americanos que possuíam um enorme mercado externo, e ainda satisfazer o desejo do governo territorial em elevar o status social da região, ambicionando sua inclusão no rol dos grandes centros urbanos da Amazônia como Belém-PA e Manaus-AM que já possuíam, respectivamente, o Theatro da Paz e o Teatro Amazonas desde final do séc. XIX.

Neste sentido, em 1948, o espaço foi reinaugurado a partir da chegada de um novo equipamento audiovisual, proveniente da Alemanha, que permitia a plateia assistir os primeiros filmes com presença do áudio original, pois até então os filmes eram legendados e fazia-se necessário a tradução por meio de um sistema de alto-falantes. Na figura abaixo (02), entre as autoridades componentes da mesa, Governador Janary Nunes, Dom Aristides Piróvano - 1º Bispo Prelado de Macapá, Dr. Hildemar Pimentel Maia - Promotor Público do ex-Território do Amapá, entre outros. É possível conferir nas paredes laterais o sistema de sonorização implantado na reinauguração de 1948.

Figura 02: Solenidade oficial no palco do Cineteatro Territorial de Macapá (1954).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2010/04/cine-teatro-territorial.html>.

Na figura seguinte (03), um registro de 2007, a sala de projeção do Cineteatro Territorial. Observa-se a presença dos dois projetores *Zeiss*, instalados em 1948.

Figura 03: Sala de projeção do Cineteatro Territorial de Macapá



Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2010/04/fotos-do-estado-atual-das-maquinas-do.html>.

O palco territorial foi o propulsor para o aparecimento dos primeiros grupos de teatro escolar, fomentou o início do teatro amador na região, além de permitir à assistência o contato com grupos de outros estados. Foi palco para festas cívicas, apresentações musicais, pronunciamentos do governo, reuniões de partidos políticos, espaço para

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

gravação de programas radiofônicos com presença de público e peça importante na memória local.

Esse importante capítulo da história cultural de Macapá, ainda desconhecido por muitos, encerra seu ciclo em 1961 com o fechamento do Cineteatro Territorial, durante o governo de José Francisco de Moura Cavalcante, um grande opositor político da era janarista, deixando este local somente como auditório para as reuniões da Escola Barão do Rio Branco. Neste período fora realizada a primeira grande adaptação do espaço a partir da construção dos anexos laterais ao prédio escolar, alargando a área construída e retirando a entrada de acesso principal ao Cineteatro Territorial.

O Cineteatro Territorial de Macapá era mantido por Janary Nunes e todos os eventos coadunavam com os princípios políticos em execução, bailes populares, palestras e exibições de cinema educativo, apresentações artísticas de música e teatro eram financiados pelo governo territorial. Algumas atividades eram oferecidas gratuitamente a população, outras já contavam com a necessidade da aquisição de ingresso. Segundo o Comentário da Semana do Jornal Amapá de 06 de abril de 1946, “nota-se, também, que o operário, em qualquer filme, dispendioso ou não, tem a sua sessão especial assegurada, às quintas-feiras pelo preço de Cr\$ 3,00”. Esse pequeno trecho do noticioso, como as outras referências citadas ao longo deste artigo, abre campo para discussões mais aprofundadas sobre o desenho social desse espaço sob uma política cultural em curso.

De acordo com Antonio Albino Canelas Rubim, “a história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios” (2007, p.11).

O caráter tardio citado por Rubim nos leva a década de 1930 quando, por meio de um movimento político-militar, finaliza a primeira república (1889-1930) e Getúlio Vargas assume o governo provisório no Brasil (1930-1934). Este período dá início a um processo de intervenções sistemáticas na estrutura cultural brasileira tendo como objetivo construir um sentimento de brasilidade. O pesquisador Alexandre Barbalho refere que:

Os responsáveis pela elaboração da identidade nacional e por sua publicização serão os intelectuais, já que para estes “cultura” e “política” formam termos indissociáveis, devendo mesmo se fundir em torno da “Nação”. Há a tentativa de criar uma “cultura do consenso” em torno dos valores da elite brasileira, e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

o projeto de uma “cultura nacionalista” é o espaço para aproximar parcelas da intelectualidade, mesmo aquela não alinhada diretamente ao regime. Para implementar tais tarefas, o Estado getulista promove a construção institucional de espaços, físicos ou simbólicos, onde os intelectuais e artistas possam trabalhar em prol do caráter nacional (BARBALHO, 2007, p. 40).

No TFA, a partir das transformações do desenho social e urbanístico, o processo de reestruturação administrativa que hierarquizou e verticalizou as classes sociais dentro da máquina governamental e a construção do Cineteatro Territorial de Macapá como espaço de difusão política, educacional e cultural muito se aproxima dos ideais varguistas ventilados desde o governo provisório e consolidados durante o Estado Novo (1937-1945). A busca pela valorização da brasilidade esteve presente, orientando a política janarista. O Cineteatro Territorial servia aos interesses do governador Janary Nunes que decidia o quê e quem ocuparia o palco territorial e ainda como esses eventos exaltariam de alguma forma os êxitos do governo.

Até a data de finalização deste artigo o espaço do Cineteatro Territorial de Macapá, que passou a integrar a Escola Barão do Rio Branco em 1961 como sala de reuniões e comemorações internas, permanece fechado para reformas desde 2014 e segundo a administração atual (2021), o espaço abrigará, assim que reinaugurado, o novo Museu da Imagem e do Som de Macapá.

Referências bibliográficas

ACCIOLY, Sheila Mendes; DE SALLES, Sandro Guimarães. **Marabaixo: identidade social e etnicidade na música negra do Amapá**. IX Semana de História. O Ensino e a Pesquisa em História no Amapá: Perspectivas e Desafios, 2013.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: **Políticas Culturais no Brasil**. Org. Antônio Albino Canelas Rubim. Salvador: EDUFBA, 2007.

CANTO, Fernando. **A água benta e o diabo**. 2. ed. Macapá: FUNDECAP, 1998.

LUNA, Verônica Xavier. **Um cais que abriga histórias de vida: sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá (1943-1970)**. Macapá: UNIFAP, 2017.

NUNES, Janary Gentil. **Relatório das atividades do Governo do Território Federal**

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

do Amapá, em 1944. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: **Políticas Culturais no Brasil.** Org. Antônio Albino Canelas Rubim. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá:** da autonomia territorial ao fim do jananismo. Macapá: Editora Gráfica O Dia, 1998.

SOUZA, Manoel Azevedo de. **Imagens, memórias e discursos: a construção das identidades amapaenses no Jornal Amapá – 1945 a 1968.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará. 2016.

Periódicos

S/a. Os Territórios Federais: a finalidade de sua criação. **Jornal Amapá,** Macapá, ano 01, nº 07, 05 maio 1945, s/p.

S/a. A Semana da Criança. **Jornal Amapá,** Macapá, ano 01, nº 31, 20 out. 1945, p. 02.

R. F. M. Impressões sôbre uma Companhia Teatral. **Jornal Amapá,** Macapá, ano 01, nº 36, 24 nov. 1945, p. 03).

RIBAS, Mário. A Vitória de Dempsey. **Jornal Amapá,** Macapá, ano 01, nº 45, 26 jan. 1946, p. 03.